

• Política

MANDATO PRESIDENCIAL

Intenção do presidente de ficar mais 4 anos divide o Congresso

por Cecília Pires de Brasília

Os indícios de que o presidente Sarney pretende cumprir até o fim do mandato de seis anos, ao programar um plano para administrar a dívida externa pelos próximos quatro anos, dividiram opiniões. Ontem, no Congresso Constituinte, o líder do PDS, deputado Amaral Netto, defendeu um prazo de quatro anos, mas ressaltou que a Constituição é soberana para decidir.

"Eu sempre defendi quatro anos de mandato presidencial. Se a minha banca decidir por cinco anos, eu apóio. Mas se a Constituinte, que é soberana, decidir convocar eleições logo depois de promulgar a Nova Carta, ela pode colocar o presidente Sarney para fora do governo no dia seguinte à votação da Nova Constituição", disse Amaral Netto.

O secretário geral do PFL, deputado Saulo Queiroz, recebeu bem a notícia e prometeu que, se a Constituinte aprovar a inclusão dos projetos de resolução no regimento interno, entrará imediatamente com matéria propondo a votação do mandato presidencial e a fixação do prazo em seis anos.

"O feitiço vai virar contra o feiticeiro", disse Queiroz, referindo-se aos parlamentares do PMDB que, em sua opinião, poderiam propor a redução do mandato por meio de um projeto de resolução. "Se a Constituinte aprovar esta matéria, eu entro no dia seguinte com coleta de assinaturas e consigo imediatamente 184 parlamentares para propor um projeto de

resolução. É fácil, porque somente o PFL tem 150 parlamentares e todos apóiam os seis anos", disse Queiroz.

O secretário do partido acredita, inclusive, que este assunto tem de ser decidido imediatamente, para que a comunidade financeira internacional saiba quanto tempo o presidente fica no poder, fortalecendo a posição do governo brasileiro na renegociação", afirmou Queiroz.

Parlamentares do grupo pró-soberania, do PMDB, mostraram-se indiferentes com a notícia e afirmaram que, como o próprio presidente deseja, a Constituinte vai definir o mandato no tempo certo. O deputado Antônio Britto (PMDB-RS), deste grupo, disse que durante quase quarenta reuniões para discutir o problema da soberania da Constituinte não ouviu falar sobre a duração do mandato presidencial. "Não existe nenhum vínculo entre a defesa da soberania e uma tentativa, para nós inaceitável, de pretender, agora, alterar o mandato presidencial."

O deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) corroborou a tese do grupo. "Não há nenhuma preocupação em ampliar ou reduzir o mandato do presidente Sarney. Há uma hora para se discutir isto, quando a Constituinte tratar das disposições transitórias."

O próprio líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, disse que "ainda não é o momento deste debate. Temos de vencer etapas e a hora é de conseguir a maior adesão possível para a votação tranquila do regimento da Constituinte."

Eleições simultâneas, a proposta de Quércia

por Andrew Greenlees de São Paulo

O governador eleito de São Paulo, Orestes Quércia, defendeu ontem a tese de que devem coincidir as eleições diretas para presidente da República e para o Congresso Nacional. Segundo o próprio Quércia, este raciocínio leva a duas hipóteses sobre o mandato do presidente José Sarney: ele poderia ficar no governo federal até 1990, data da próxima eleição congressional, ou haveria diretas no próximo ano, com um "mandato tampão" de dois anos.

O governador eleito apressou-se em atribuir à Constituinte a responsabilidade pela definição do mandato, apesar de ter-se como certa nos meios políticos a preferência de Quércia pela primeira alternativa, que lhe possibilitaria governar São Paulo por mais de três anos antes de tentar votos mais altos. Quércia fez os comentários sobre as eleições ao abordar a notícia de que Sarney tem um plano de quatro anos para renegociar a dívida externa brasileira. Somados aos dois anos que já governou, Sarney estaria dando um claro sinal do mandato que deseja.

Depois de defender a manutenção da Aliança Democrática durante os trabalhos da Constituinte, o governador eleito de São Paulo considerou infundadas as análises que apontam um afastamento do presidente José Sarney em relação ao PMDB. "Pelo que sei, o presidente está é chateado com o José Louren-

"Diretas em 88 são compromisso da Aliança"

por Inácio Barbosa Soares de Porto Alegre

"A convocação de eleições diretas para a Presidência da República em 15 de novembro do ano que vem é um compromisso assumido pela Aliança Democrática desde antes da eleição de Tancredo Neves para a Presidência e de José Sarney para a Vice-Presidência da República; não cabe modificá-lo." A posição foi manifestada ontem, em Porto Alegre, pelo coordenador da bancada gaúcha do PMDB na Câmara Federal, deputado Lélcio Souza.

Ele disse não ver uma relação direta entre as tentativas governamentais de estabelecer um sistema de "rolagem" automática da dívida externa por quatro anos e a manutenção do mandato presidencial até 1991, mas admitiu que "há uma mobilização no Executivo federal para preservar os seis anos" estabelecidos na Constituição atual.

CONSTITUINTE

Líder do governo diz que Sarney apóia a emenda da soberania

por Edson Beú de Brasília

O governo receia que a questão da soberania da Constituinte, nos termos tratados pelo projeto de regimento interno do relator Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), possa apresentar "um fator de desestabilização da transição democrática", segundo disse ontem o líder da maioria, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). Por isso, após despachar com o presidente José Sarney, o mesmo líder acentuou que, por delegação do chefe do governo, o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) assumiu total responsabilidade para negociar um acordo com as lideranças, tomando por base a emenda do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), cujo texto, segundo Sant'Anna, tem o apoio do presidente Sarney, pelo fato de "explicitar melhor a matéria".

O líder da maioria disse que o presidente assegurou-lhe que não adotará represálias, referindo-se particularmente ao grupo "pró-soberania". "O presidente me garantiu que não vai haver hostilidade



Carlos Sant'Anna

contra quaisquer correntes", salientou ele.

Do presidente o deputado disse ter recebido a missão prioritária de reconstituir a unidade da Aliança Democrática, abalada durante as discussões sobre a soberania da Constituinte. Nesse trabalho, a preocupação específica do governo é com a legenda pemequista. Segundo relato de Sant'Anna, Sarney pediu-lhe "uma atenção especial" para o PMDB, no sentido de "unir o partido e integrá-lo ao governo". O presidente da República, pelo que se depreende das recomendações feitas, está preocupado em restaurar

sua principal base de sustentação parlamentar, que apresentou sérias fissuras antes do carnaval.

O líder Carlos Sant'Anna foi orientado a apurar as divergências sem se envolver nas questões internas do partido, que continua sendo "uma frente", conforme sua definição. O deputado reconhece que terá de andar nas pontas dos pés no terreno de seu próprio partido se quiser obter êxito. Mais cuidado terá de tomar quando tratar com parlamentares do bloco "pró-soberania". Pois, na sua opinião, "o bloco pró-soberania é muito mais intransigente do que a esquerda ideológica", fragmentada entre diversos partidos. Mesmo assim, ele está confiante em um acordo. Ele espera que os constituintes de todas as tendências percebam que "o fundamental é vencermos a transição democrática", que poderá ficar ameaçada pelo atual texto regimental, conforme a advertência do presidente da República, segundo relembra.

O deputado nega que as injunções de Sarney signifiquem uma ingerência do Executivo na Constituinte. Mas ressaltou que o presi-

dente não poderá manter-se completamente afastado das questões que possam ameaçar o funcionamento do Executivo, que também é "um poder constituído", salienta ele.

Carlos Sant'Anna reafirmou que os termos do acordo sobre a soberania serão negociados diretamente por Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte. De antemão, disse acredita numa solução que proteja a Assembléia nos resquícios autoritários da atual Carta, como autonomia dos decretos-leis, as medidas de emergência e certos dispositivos que podem suprimir até as imunidades parlamentares.

O cerne de toda a polêmica é mais um problema de redação jurídica, segundo define Sant'Anna.

O presidente Sarney, segundo relato de Sant'Anna, acha que a emenda do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) define melhor a abrangência da soberania, quando estabelece que "os projetos de decisão se destinam a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte"...

Autor da emenda acusa o PFL

por Francisca Stella Fagó de Brasília

O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), autor da emenda em torno da qual se lançaram expectativas de acordo após a fracassada tentativa de aprovação do regimento interno da Constituinte, está pessimista. A cada avanço das negociações, pondera, o PFL levanta um obstáculo novo.

"Se a intransigência do PFL der causa a um impasse, terá chegado o momento de o PMDB mostrar à opinião pública quem é o responsável pelo bloqueio dos trabalhos da Consti-

tuinte", diz Ferreira Lima. Perspectivas de entendimento a curto prazo são afastadas pelo líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço. Ele se declara disposto ao diálogo, mas reclama da ausência de interlocutores do PMDB, cujos líderes estão fora de Brasília, com retorno previsto para este final de semana.

Nesses dias de semiféria, José Lourenço conversou muito com a imprensa. Mas não emitiu nenhuma posição precisa que, se aceita pelo PMDB, contaria com a concordância do PFL. O deputado adianta

apenas que o PFL não aceita nenhuma alteração da Constituição em vigor pela Constituinte antes da promulgação da nova Carta.

Na avaliação de Ferreira Lima a estratégia do PFL é não fazer acordo. Inicialmente, pondera, o PFL trabalhou pela alteração do parágrafo 7º do artigo 57 do substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso, que trata dos limites do poder da Constituinte.

O PFL concordou com uma nova redação, a da emenda do próprio Ferreira Lima. Depois levantou outro campo de conflitos, envolvendo o artigo 82, que trata do funcionamento da Câmara e do Senado. E, depois, diz o deputado, voltou atrás na questão da soberania, não mais aceitando a emenda de Ferreira Lima.

A Constituinte, segundo Ferreira Lima, abriu um quadro novo para o País. As forças mais vinculadas ao passado, entre elas incluí o PFL, resistem às mudanças. Por isso criam dificuldades. Pior do que um impasse parlamentar, o deputado antevê uma crise política capaz de levar ao descrédito a Assembléia Nacional Constituinte, a persistir a intransigência do PFL.

Neste caso, Ferreira Lima acredita que a solução seria a convocação de eleições diretas já no próximo ano para renovação do Congresso, para a Presidência da República e para prefeitos.

Progressistas descartam hostilidade de Sarney

por Cecília Pires de Brasília

Os deputados da ala progressista do PMDB estão encarándo com naturalidade o levantamento que o Gabinete Civil do Palácio do Planalto, através do assessor parlamentar, Roberto Hargreaves, vem fazendo dos grupos e partidos que estariam contra ou a favor das teses do governo. Parlamentares deste grupo não acreditam, no entanto, que o presidente Sarney os considere contrários a seu governo ou venha a tomar nenhuma atitude de hostilidade contra eles.

O deputado Egidio Ferreira Lima, da ala esquerda do partido, disse ontem que "o fato de o Palácio do Planalto ser informado a respeito das posições dos parlamentares é normal. Querer rotulá-los, no entanto, seria uma postura menor. O constituinte, em que

pesem seus compromissos com o governo, tem questões de princípio em que ele é absolutamente livre". Egidio disse ainda não acreditar em qualquer atitude discriminatória do presidente contra o grupo.

"O PMDB tem o compromisso de apoiar os esforços do presidente para um governo de transição, para enfrentar a crise econômica", disse o deputado Antônio Britto (PMDB-RS), do grupo pró-soberania. "Isso ficou claro na votação da convocação do ministro Funaro. A questão da soberania, por exemplo, não define quem é a favor ou contra o governo. Tentar medir uma coisa pela outra pode levar a um erro de avaliação", concluiu.

Hargreaves concordou com esta posição. Ele advertiu, também, que ainda é muito difícil traçar um quadro exato de quem é contra ou a favor do gover-

